

# Convênio com as universidades

É pensamento do deputado Inocêncio de Oliveira vice-presidente da Câmara firmar convênios entre a casa e todas as universidades brasileiras, para receber cópias de todas as teses ali apresentadas sobre ciências sociais, políticas, segurança e outros assuntos.

No momento, porém, o Congresso, o Senado e a Câmara não dispõem sequer de regimentos atualizados à nova Constituição do País. No Senado, o novo regimento está sendo preparado por uma comissão de que é relator o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB de São Paulo. Na Câmara, esse trabalho está a cargo de Inocêncio, que, para ganhar tempo, adotou como projeto um anteprojeto regimental elaborado por seu antecessor na vice-presidência, o deputado Maurício Campos, do PFL mineiro. Quanto ao Congresso, cabe ao senador Jarbas Passarinho, líder do PDS no Senado, relatar a nova proposta de regimento comum.

Esses três regimentos, a serem também ajustados entre si, o mais possível, estarão prontos entre os dias 17 e 21 de abril próximo.

No caso da Câmara, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) chegou a elaborar um anteprojeto de regimento que, entre outras coisas, reduzia as atuais 22 comissões permanentes ali existentes a apenas oito, como as comissões temáticas da Constituinte, em função de áreas específicas. O deputado Maurício Campos, no entanto, em seu projeto, encampado por Inocêncio, fixa em 16 as comissões da Câmara. Nesse projeto, como no de Jobim, tais comissões, de acordo com a nova Constituição, terão poderes para aprovar, sem consulta ao plenário — a menos que haja recurso — diversos projetos de lei.

## Assessoria

Outro problema do Congresso é a questão da assessoria aos congressistas. No Senado e na Câmara existem assessorias selecionadas mediante concurso público, para questões jurídicas, econômicas, redação legislativa e outros temas.

O primeiro secretário da Câmara, deputado Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, a quem estão afetos os serviços administrativos da Casa, pensa em propor o sistema vigente nos Estados Unidos, de contratação de assessorias especiais, noutras áreas, conforme as necessidades do Legislativo.

O modelo que Luiz Henrique tem em vista, em princípio, é o do funcionamento das comissões permanentes e de inquérito no Congresso americano. Ali, há tempos, um assessor de segurança do Governo, o coronel Oliver North, foi pilhado pelo Congresso em flagrante de prestação de depoimento falso, graças a assessores militares contratados especialmente para a interpelação do depoente.

## Poderes

Apesar da situação precária que atravessa — devido à inexistência de regimentos ajustados à nova Constituição — o Congresso já conseguiu, este ano, duas façanhas: uma, na Comissão Mista do Orçamento (integrada por senadores e deputados e presidida pelo deputado Cid Caryalho, do PMDB maranhense), e outra, nas comissões de Fiscalização e Controle, do Senado e da Câmara.

No Orçamento, o Congresso alterou, pela primeira vez, desde o Ato Institucional nº 1, de 1964, a proposta orçamentária da União. Por sinal, com base em violações praticadas pelo Governo contra a lei do Orçamento, o senador Mário Covas, do PSDB, encaminhou à Con-

sultoria Geral da República uma representação por crime de responsabilidade contra o presidente José Sarney.

Nas duas comissões de Controle (a do Senado é presidida pelo senador Carlos Chiarelli, do PFL gaúcho, e a da Câmara pelo deputado Fernando Gasparian, do PMDB paulista) diversas autoridades governamentais já foram chamadas a depor sobre irregularidades na administração pública. Até a vigência da Constituição de 1967, essa praxe era impensável. A Comissão da Câmara ouviu os diretores da BR-Distribuidora, envolvidos em irregularidades, e convocou, para os próximos dias, o ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, para explicar as acusações que estão sendo feitas àquela pasta, no caso da exportação de café e de violações à lei de informática.

## Respostas

O que o Congresso ainda não conseguiu, apesar das inovações constitucionais, foi obrigar o Governo a responder-lhe, em tempo, às questões e pedidos de informações apresentados pelos congressistas, sobre assuntos que demandam decisões legislativas em caráter urgente.

Nesse particular, também ainda não se agilizou a tramitação de projetos de interesse público, seja por falta de quorum constante no plenário das duas casas, devido ao não cumprimento do dispositivo constitucional que prevê sanções aos parlamentares faltosos.

Todas estas mudanças — como afirma o deputado José Costa — dependem da vontade política dos próprios congressistas, tanto quanto da fusão de serviços e da agilização da burocracia parlamentar, da qual fazem parte quase 13 mil funcionários. (R.A.L.)